

VIOLÊNCIA URBANA: AS BARREIRAS ISOLAM O EDIFÍCIO RESIDENCIAL

URBAN VIOLENCE: BARRIERS ISOLATE
THE RESIDENTIAL BUILDING

Luiz Antonio Ferreira das Neves¹

RESUMO: O crescente índice dos atos de violência urbana gera, na sociedade atual, uma procura descomedida pelo desenvolvimento e utilização de dispositivos e técnicas com o propósito e a meta de aprofundar a integridade do indivíduo e da propriedade. Não apenas os costumes corriqueiros aprofundam esta atmosfera de pânico. As formas das habitações e da própria cidade também são modificadas em função desse fato já assinalado por emblemas que comprovam a sensação da insegurança dos habitantes das cidades marcadas por paisagens de muralhas, fossos, arames farpados, lanças e seteiras. Não se trata de castelos medievais como a imagem pressupõe, mas de edifícios e casas do urbano contemporâneo.

PALAVRAS-CHAVE: Rio de Janeiro; violência; arquitetura do medo.

ABSTRACT: *The growing rate of acts of urban violence generates no wadays an inordinate demand for the development and use of devices and techniques with the purpose and the goal of securing the integrity of the individual and property. Not just everyday customs reveal this atmosphere of panic. Forms of housing and the city itself are also amended in the light of this reality, marked by emblems that show the feeling of insecurity of the inhabitants of the cities: landscapes of walls, trenches, barbed wire, spears and arrow slits. These are not medieval castles, but buildings and houses of the contemporary city.*

KEYWORDS: *Rio de Janeiro; violence; fear architecture.*

Este trabalho parte da observação de que tem sido cada vez mais intenso, nas sociedades contemporâneas, um sentimento generalizado de medo em significativa parte dos moradores das cidades. Tal fato decorre dos constantes casos de violência, em suas diferentes formas, que deterioram as relações sociais e cidadinas. No nosso caso particular, observamos essa questão a partir da sua relação com a arquitetura que dela decorre, avaliando a percepção e a valorização da proteção contra a violência nos projetos de arquitetura e nos edifícios já constituídos na malha urbana. Nosso interesse se volta para o estudo dos edifícios residenciais no urbano carioca, mais precisamente no lugar onde acontece a transição de acesso

¹ Doutor em Arquitetura pelo PROARQ da Universidade Federal do Rio de Janeiro e Professor da mesma instituição. luiznevesufrj@gmail.com

entre o espaço público e o privado. Portanto, tem por objetivo analisar os impactos socioespaciais da violência urbana e o processo de transformação dos acessos/portarias nos edifícios residenciais, estabelecendo comparações entre processos de reestruturação socioespacial e também visando a análise de possíveis estratégias de projeto e planejamento para as áreas de conflito urbano (sobretudo aquele relacionado à insegurança).

O crescente índice dos atos de violência urbana gera, na sociedade atual, uma procura descomedida pelo desenvolvimento e utilização de dispositivos e técnicas com o propósito e a meta de afiançar a integridade do indivíduo e da propriedade. Não apenas os costumes corriqueiros ajuízam esta atmosfera de pânico. As formas das habitações e da própria cidade também são modificadas em função desse fato já assinalado por emblemas que comprovam a sensação da insegurança dos habitantes das cidades. Elas são marcadas por paisagens de muralhas, fossos, arames farpados, lanças e seteiras. Não se trata de castelos medievais como a imagem pressupõe, mas de edifícios e casas do urbano contemporâneo. Cada vez mais, as grandes cidades incorporam à sua arquitetura elementos utilizados na Idade Média como proteção ao invasor desconhecido. Dessa forma, acrescidos à cultura humana da preocupação com o local seguro para habitar e trabalhar (a garantia do “teto”), sendo este duradouro, acolhedor, resistente e que atinja seus ideais, se consolidam os pressupostos da necessidade de que, ao mesmo tempo, propicie segurança e proteção.

À medida que os índices de violência e a insegurança crescem, a indústria de proteção se torna mais lucrativa e as estratégias de proteção redesenham a arquitetura nas cidades, com significativa visibilidade no aspecto formal dos edifícios residenciais. Dentre as estratégias mais contundentes de proteção residencial, os custos sociais são agravados pelas consequentes alterações comportamentais coletivas, proporcionadas pelo isolamento humano que tem explicitado e simbolizado tipologias.

Os conceitos “proteger” e “guardar” estão na base da ideia de morar, de se abrigar sob um teto. Essas expressões se tornaram uma espécie de lema, um mandamento quase militar sobre o modo de ocupar e de se organizar em uma grande cidade. Ao longo do tempo, condomínios fechados, muros gigantes e arames farpados fizeram com que as portarias deixassem de ter a função de encontro para se resumir em um setor de controle e seleção. Essa é a paisagem urbana atual. Segundo Caldeira (2000) e Ferraz (2007), os condomínios residenciais cercados, começaram a se proliferar nos anos 1970 como propaganda de opção segura de se viver. As soluções de isolamento foram intensificadas na década de 1990 como símbolo de status e estendidas para os edifícios residenciais com inclusões de grades e sistemas de segurança, favorecendo a comercialização de empreendimentos

imobiliários que passaram a evidenciar a segurança, incorporados como parte obrigatória dos condomínios em construção (CASTRO, 2008).

Assim, a falta de integração entre os cidadãos, materializada pelas barreiras arquitetônicas que se relacionam com o limite entre o espaço público e privado, acaba por servir de estímulo à geração de mais violência. Esta é uma conclusão cada vez mais percebida por aqueles (cientistas ou instituições) que estudam e pesquisam os índices de violência como resultados e expressão da cultura do medo e preconceito social geradores de um ciclo que deteriora as relações sociais cotidianas.

FORMAÇÃO DO ARQUITETO

No caso da arquitetura, é colocado ao arquiteto alguns questionamentos que se impõem: Como o arquiteto reproduz a proteção contra a violência no projeto de arquitetura, em especial no edifício residencial? Existem expectativas por propostas que criem condições favoráveis à integração entre os espaços públicos e privados, caracterizados pelo recuo frontal? De que forma os resultados de soluções imediatistas (como barreiras, grades e muros) repercutem na construção da paisagem?

E o rol de questões diretamente percebidas na nossa discussão não se encerra por aqui e atinge inclusive o processo de formação dos profissionais de arquitetura quando, por exemplo, perguntamos se existe algum componente curricular que esteja relacionado com essa temática. Ou ainda: seria essa uma prática projetual usual no ensino das nossas escolas de arquitetura? O aluno estaria apto a desenvolver soluções que atendam às necessidades de segurança do habitar, sem desvincular as relações existentes entre os limites do público e do privado?

Temos a consciência de que a arquitetura por si só não resolve os problemas de violência nas nossas cidades, porém acreditamos que a atuação de um profissional consciente das reais condições sociais e preparado para atuar em um espaço urbano fragmentado e diversificado (cultural, social e economicamente) poderá contribuir para melhores soluções projetuais. Para arquitetos e urbanistas, a “arquitetura do medo” é um campo de complexa conceituação para ser estudado. Trata-se de pesquisar de que maneira uma comunidade se comporta e quais soluções encontra diante de situações extremadas de violência. Esta, por si só, é definida por ampla atribuição de valores e preconceitos, como veremos adiante.

Ainda em relação ao tema da formação do profissional em arquitetura, é importante registrar também que essa ciência teoriza em sala a questão da segurança e da insegurança, bem como dos diversos programas de arquitetura sem dar maiores ênfases ao fato de que, na prática, tais proposições são ignoradas pelo usuário na

pós-ocupação. Será que nossos professores e alunos e demais corpos técnicos da área que atuam na definição de posturas e normas técnicas com a Secretaria de Urbanismo Municipal e os institutos de classe não previram tal distanciamento? Diferentemente da Europa, por exemplo, nossa arquitetura criou muitos espaços abertos e de uso coletivo à moda da Escola Modernista (edifícios geralmente afastados das divisas com pilotis no pavimento de acesso) que agora, por conta da questão da (in)segurança, são arbitrariamente gradeados, ignorando-se, entre outros aspectos, a agressão aos estilos em que tais edifícios foram construídos e que documentam uma história do fazer humano e arquitetônico, em específico.

ESPAÇO PÚBLICO *VERSUS* ESPAÇO PRIVADO

A lógica dessas ações é o que move nossos questionamentos. Como dissemos, nossa proposta de trabalho tem como tema a observação, a análise e a compreensão das interações entre espaços públicos e privados. Ou seja: o limite das calçadas e os acessos dos edifícios residenciais observado com seus usuários interagindo com os moradores na construção do lugar. Tem como objetivo ampliar o estudo da qualidade dos lugares enfatizando os aspectos cognitivos do processo de interação homem-ambiente, de modo que possa contribuir para a construção do lugar. Fundamenta-se na abordagem experiencial e seu desdobramento prático, a observação incorporada, inspirados nas ciências cognitivas da atuação e no entendimento de que o observador não é independente da realidade. Formula a hipótese de que a abordagem experiencial contribui para fazer emergir descobertas e significados subjetivos da interação dos usuários com o seu universo habitacional, configurando-se como uma transformação para a avaliação do ambiente construído, sem prejuízo da objetividade científica.

Vale ressaltar que, em nosso trabalho de pesquisa, buscamos a percepção das alterações de implantações relacionadas à segurança que estão desvinculadas ou equivocadamente formuladas pela arquitetura projetada, traçando também um perfil das alterações posteriores à construção, relacionadas à transgressão que passa pela apropriação dos espaços públicos, desconsiderando o direito coletivo. Se até aqui discorreremos sobre a ótica do profissional diante de uma arquitetura transformada em nossas cidades, tentando identificar as propostas que se apresentam para atender as questões relacionadas com a violência, nossos objetivos são mais amplos.

Nossa pesquisa se apoia fundamentalmente na percepção do cidadão comum, transeuntes e moradores dos edifícios transformados pelos aparatos de segurança (e, por isso, tomados como objetos da pesquisa), em relação às suas percepções sobre a

paisagem alterada ou aos motivos e pressupostos que os levam a aceitar e realizar tais medidas. Sendo assim, necessários se fazem os mecanismos de investigação que nos permitam perceber os discursos da população estudada e os motivos para a adoção das práticas que indicamos como prolongadoras da situação de violência cotidiana.

Se, por nossas atividades de campo (ver imagens no anexo), observamos serem comuns e até evidentes, em uma análise imediatista da causa, os discursos que justificam o cercamento dos prédios apenas como forma de se conseguir segurança, algumas pistas nos sugerem outras questões (subliminares ou, até mesmo, inconscientes). Dessa forma, podemos assinalar efetivamente a nossa hipótese de trabalho como sendo a de que a grade é mais uma intenção/discurso de quem a utiliza do que um resultado efetivo como instrumento contra a insegurança que assola nossas cidades. Nesse sentido, o ponto a ser perseguido indica um possível álibi para o uso dos equipamentos e métodos construtivos contra a violência que, em si, não são garantia real de segurança, e que pode estar encobrindo outros objetivos como o de agregar uma maior área útil para uso privado do edifício através do ganho de solo. Como parte também de nossa hipótese de trabalho, podemos falar de uma vontade intrínseca por parte da população de isolamento autônomo em relação às mazelas da cidade (notadamente a pobreza, até mais que a própria violência associada aos casos de roubo, furto e mortes).

Por trás dessa ideia, estaria a garantia de um espaço sem a “inconveniência” do seu uso compartilhado com os demais da cidade. Nossa hipótese para esta questão associa o discurso da segurança ao desejo (nem sempre velado) de isolamento social. E esse ponto nos parece fundamental para a percepção dos que pensam ou trabalham com o urbano e suas dinâmicas. A produção acadêmica recente tem revelado um hiato nas discussões a esse respeito e pensamos que estudos sobre o tema, levem a uma contribuição para o avanço da discussão.

Por outro lado, lembramos que a crise econômica agravada na década de 1980 acentuou as diferenças sociais vividas no ambiente urbano, acelerando consequentemente a violência nas cidades. Esta atinge sem distinção todas as camadas sociais, em toda a cidade, das áreas de ocupação irregular aos condomínios fechados. E, em decorrência, com medo e insegura, a população começa a se isolar, criando barreiras que afastam o seu “abrigo” do espaço público, na tentativa de aparentemente conseguir um maior nível de segurança.

O EDIFÍCIO RESIDENCIAL

Nos edifícios residenciais, tipologia mais representativa na área urbana da cidade, como consta em registro na Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro

(RIO DE JANEIRO, 2000), observamos as mais evidentes materializações do medo da população com a violência. Aos edifícios residenciais existentes ou novos são incorporados os mais variados tipos de dispositivos com o objetivo de proporcionar segurança. Muros, grades, cercas eletrificadas, câmeras de vídeo e muitos outros equipamentos são instalados no espaço de acesso ao edifício, na tentativa de proporcionar o clima de segurança, dispersando a arquitetura e seus elementos em prol de um maior controle do acesso, isolando o prédio do espaço público através de barreiras para uso exclusivo dos moradores.

VIOLÊNCIA

Aliás, a própria definição de violência precisa, em um primeiro momento, ser devidamente avaliada para que consigamos fugir de generalizações improdutivas.

Quando se estuda a violência urbana por uma visão geral e suas ações que incidem pontualmente sobre a arquitetura materializada, levantamos uma série de questões, consequência da complexa relação tanto de sua interação como da sua inserção na paisagem urbana; e como conseguinte no ambiente construído. Restringindo-se a análise da violência nas cidades, principalmente, pela observação dos procedimentos de implantação dos elementos que compõem o sistema de segurança, adotados nos edifícios residenciais, como solução para proporcionar maior controle entre o público e o privado, demarcando-se essas áreas de uso, constataremos a observação das chamadas “ilhas urbanas” como síntese do atual viver nas grandes cidades.

Recorremos aos conceitos de Alberti, em seu clássico I “Lineamenta”, que além de enfatizarem o balizamento das partes constitutivas do edifício apontam o plano do solo como uma das partes que deve ser colocada na origem de toda a arquitetura para consubstanciar nossas questões e hipótese. Ademais, o autor também nos possibilita uma consideração sobre a própria questão do abrigo na vida do ser humano em suas relações com a questão da proteção. Ao observarmos a Pré-História, percebemos que este já se contextualiza como a construção predominante nas sociedades, elemento principal da organização espacial de diversos povos primitivos. A presença do abrigo no inconsciente coletivo destes povos marcou a cultura de várias sociedades posteriores, como nos informam autores referenciais na história da arquitetura como Vitruvius na Antiguidade e Alberti na Renascença.

O que significa viver, morar e se proteger sob essas circunstâncias de medo permanente? Medo de quem ou do quê? Muitos autores têm se debruçado sobre essas questões e alguns vieses são importantes serem considerados aqui. Com efeito,

Na arquitetura os elementos de passagem são fundamentais. Vias e ruas são os caminhos horizontais, elevadores e escadas verticalizam nosso caminhar, espaços dinâmicos que nos incitam o percurso, a ideia de tempo e liberdade. Quando a arquitetura perde esses sentidos, fica carente de seu maior atributo. Gradeamos praças, nos isolamos em muros altíssimos em nossas casas e trancamos nosso olhar em janelas que não se abrem para o vento. Qualquer possibilidade de “espaços vazios” é prontamente negada, quando deveria ser o mais desejado. Amputamos assim qualquer possibilidade de encontro e convivência livre. Nossos espaços são vigiados eletrônica e fisicamente. Público e privado confundem-se, e a cidade, no entanto, considera-se moderna. (PIRONDI, 2008, p. 78)

Há 50 anos, Jacobs (2001) apontava a fragilidade e a corrupção nos níveis desejados de relação social urbana. Em tempos de individualismo como traço social relevante, muitas cenas no dia a dia citadino são, apesar de sua natureza, inexoravelmente ignoradas pelo senso comum, naturalizando-se de maneira absolutamente estereotipada. Apenas para citar um exemplo, há o caso em que um carro é arrombado no meio de dezenas de pessoas e nenhuma esboça reação². Não nos comprometemos com uma situação que se reverta na mudança do nosso objetivo, mesmo que este seja imediatista e rotineiro.

Avaliando a que ponto as sociedades atuais chegaram e ressaltando a avidez e o desejo de segurança, Enzensberge aponta o tempo, a atenção, o espaço, o sossego, o meio ambiente e a segurança como os “luxos do futuro”. Não sem efeito, afirma:

A segurança é provavelmente o mais precário de todos os bens de luxo. Na medida em que o Estado não pode garanti-la, cresce a demanda privada e os preços disparam. Guarda-costas, serviços de vigilância, dispositivos de alarme, tudo o que promete segurança integra hoje o estilo de vida dos privilegiados, e o ramo pode contar, no futuro, com altas taxas de crescimento. Quem se muda para o bairro dos ricos, logo pressente que o luxo do futuro não promete um puro desfrute. A exemplo do passado, ele não ensejará apenas liberdades, mas também coerções. Pois o privilegiado que se quiser pôr em segurança não exclui somente os outros; exclui a si mesmo. (ENZENSBERGE, 1997, p. 6)

ARQUITETURA DO MEDO

A expressão “arquitetura do medo” não significa apenas mecanismos evidentes de proteção. Também fazem parte dela, por exemplo, o aumento dos espaços fechados e de centros comerciais isolados, já bastante comuns na paisagem urbana. A

2 A natureza e as causas desse comportamento desviante, segundo Da Matta (1982), se debruçam em questões como o medo generalizado sentido pela população, a sensação de impunidade e de omissão das autoridades constituídas.

vida dentro dos muros ou nesses espaços pode provocar a sensação de que viver com liberdade é estar super protegido, mesmo que isso signifique o empobrecimento das relações humanas nas cidades e da convivência nos espaços públicos. E, nesse contexto, pensamos no papel específico do arquiteto projetista ou investigador desses novos padrões de comportamento urbano e, por relação direta, de novos padrões de construção de edifícios e de paisagens.

O aprendizado de uma profissão corresponde, entre outros aspectos, à incorporação de conhecimentos e habilidades relacionadas com as atividades a serem desenvolvidas pelos profissionais. Na área de projeto, esse aprender envolve a consolidação de um acervo de seu repertório projetual, imposto pelo ensino; e na arquitetura, o ensino tem sido tradicionalmente orientado para a produção do projeto arquitetônico. No entanto, são facilmente perceptíveis as contradições relacionadas com questões de ordem entre proteção, violência e segurança para a vida em sociedade quando observamos que o edifício, muitas vezes, é trabalhado de forma isolada, sem conexão com tais questões projetuais. Transitamos por diferentes campos do conhecimento (volumetria, morfologia, antropometria, conforto ambiental, sustentabilidade, eficiência energética e paisagismo, entre outros) sem atentar para a grande importância das relações entre o público e o privado, o exterior e o interior.

É comum percebermos que o processo inicial para o desenvolvimento de um projeto requer estudos de fluxos, organogramas, modelagem com investigações no heliodon, sem a percepção da devida importância e entendimento das questões relacionadas à segurança de um edifício, além dos básicos muros e grades que conhecemos. Com uma intencionalidade quase mecânica, vedamos nossos terrenos sem ao menos nos permitir pensar projetualmente sobre essas integrações.

Como resultado, na prática, o que se vê é que, para o usuário do espaço projetado, o belo deu lugar para o seguro. Sendo assim, quais as novas propostas para trabalharmos essas fronteiras, vinculando-as com o processo criativo desde o seu início, com o propósito do seguro ser belo? Quais seriam as ferramentas necessárias para solucionar a individualidade das propostas desvinculadas das questões de segurança? Sabemos que o pensamento nem sempre nasce estruturado. Apresenta-se através de uma desordem randômica, no local que as ideias são testadas, abandonadas e aprovadas, para posteriormente serem elaboradas. As fases de negociação entre análise, síntese e avaliação não são percebidas quando focamos as questões relacionadas ao setor limítrofe do terreno. Assim, arquitetos e urbanistas elaboram e testam suas ideias através dos desenhos ou modelos tridimensionais e por eles é possível conversar com a própria situação projetual, elaborando-a e modificando-a, até que julgue satisfatória para o autor. Onde estaria a audácia e

o raciocínio autônomo quando pensamos e projetamos os elementos divisórios entre o público e privado?

Aprender significa ver muito, buscar muitas soluções encontradas por outros arquitetos. Há que se buscar um vocabulário e há que se olhar o mundo com olhos de ver. Sobre este aspecto importante dos temas levantados em nossa pesquisa, muitas questões se impõem e algumas delas já foram indicadas neste texto. No entanto, vale ressaltar parte das perguntas que nos movem e que definem nosso objeto de pesquisa. Estamos formando arquitetos e urbanistas preparados para saber observar a diversificada composição da população das nossas cidades com as suas complexas relações sociais e culturais? Estão nossas escolas de arquitetura e urbanismo preparadas para formar novos profissionais com condições para desenvolver soluções em que o projeto de arquitetura atenda às condições de segurança do habitar? Estão os estudantes desses cursos aptos apenas para projetar soluções imediatistas e cenográficas, como por exemplo, uma grade com um desenho paginado, tentando camuflar as “barreiras” (rua/edifício)? Os novos arquitetos estão capacitados para observar e respeitar as relações entre os espaços públicos e privados, proporcionando segurança sem proposições de isolamento? O desenho e a forma na arquitetura têm símbolos que resgatam valores e ajudam a inclusão social?

Das muitas indagações mencionadas, constata-se o distanciamento entre teoria, reflexão crítica e prática da arquitetura. Acreditamos que um dos caminhos para que a arquitetura contribua na redução da violência nas nossas cidades está na ampliada formação de profissionais, preparando-os para entender e aceitar as diversidades sociais e a complexa relação do uso coletivo do espaço público, que se encontra deteriorado.

Existe um entendimento entre os profissionais da área de que os atuais recursos espaciais de segurança utilizados em áreas públicas ou em residências ou edifícios comerciais e industriais (ainda que discurssem em prol de uma boa ou necessária intenção) contribuem para perpetuar o problema que pretendem combater. Um passo importante para diminuir a violência seria usar a arquitetura e o urbanismo para intensificar a vivência urbana, diminuir a segregação espacial e melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Dessa forma, os projetos deveriam ser elaborados com a integração de elementos arquitetônicos para que favorecessem a proteção do edifício desde sua concepção inicial e não da maneira que percebemos (grades, muros e guaritas como visitantes incidentais do projeto de arquitetura).

ENSINO – PERCEPÇÃO DA DIVERSIDADE

Assim, enfatizamos no ensino da Arquitetura e Urbanismo, prevenções nos atos projetuais, revertendo na ação de simplesmente o fazermos sem a consciência de que com atitudes insanas atingimos o desejo que queríamos, mas de uma maneira aleatória, seguindo tendências e não formando pensadores de arquitetura. Afinal, “a lição básica necessária para passarmos de uma cidade do medo para uma cidade de prazer e beleza nós sabemos de cor: basta fazê-la ou continuaremos viajando para ver a bela cidade que os outros fizeram” (PIRONDI, 2008, p. 79).

Pensamos, dessa maneira, ser urgente o desenvolvimento dentro dos cursos de Arquitetura e Urbanismo da formação de profissionais com ideias que englobem segurança, proteção e beleza na composição, sem que com isso a liberdade e as relações humanas se percam. Andar pelas ruas pode representar um extenso passeio por ideias, dados e teorias, adquirindo conhecimento para a decodificação das diversidades. Voltamos, assim, à referida contextualização do nosso tema que, como realidade e indício de uma característica do real, é, antes de qualquer outro nível de análise, um fenômeno social urbano. Portanto, discutir processos práticos que envolvam temas como segurança e isolamento significa compreender o contexto social no qual estes transcorrem. Significa, em última análise, discutir a questão da violência urbana e do desejo por uma ordem pública que aflige, sobretudo, os nossos maiores espaços citadinos.

É este o contexto em que se inserem as questões trazidas por nossa pesquisa. Em nossas grandes cidades, podemos até mesmo falar de uma criminalização dos órgãos policiais e, de tal fato, resulta ainda o incentivo já orgânico à busca particular por estratégias de segurança. Uma delas, e já bastante “legalizada” no nosso cotidiano urbano, se refere ao uso cada vez mais intensivo de dispositivos físicos de aprisionamento dos edifícios da cidade. Nesse sentido, falamos de uma deserção das cidades pelos citadinos, que abandonam o que deveria ser efetivamente uma vida urbana coletiva. O medo, inclusive, tem afugentado o cidadão do que possa ser expresso efetivamente como cidade. Em casos extremos e não raros, do seu próprio espaço físico.

Valem ainda mais algumas reflexões a esse respeito, notadamente diante do fato de que a arquitetura não tem sabido apresentar soluções que atendam às expectativas dos usuários. Parece que continuamos a projetar sem discutir ou tentar amenizar com soluções criativas a realidade social. Delegávamos ao usuário a tarefa de implantar e incorporar no edifício residencial os novos elementos para compor o acesso da edificação. Recorremos ao pensamento de Jacques Le Goff para sintetizar as nossas ansiedades diante da reflexão que pretendemos realizar:

Há muito tempo os centros são objeto de ferozes batalhas; eles não querem desaparecer sem combate; eles resistem. Parece-me, entretanto, que a evolução age profundamente contra o centro urbano. Ele não é mais adaptado à vida econômica, à vida das relações que dominam as populações urbanas. (LE GOFF, 1998, p. 150)

De fato, como profissionais atuantes tanto na produção e no ensino de arquitetura e urbanismo, devemos direcionar as nossas inquietudes para o ambiente construído de nossa intervenção contemplando as necessidades do homem, prerrogativa para atuarmos como arquitetos. Onde está a nossa posição profissional diante desse impasse cidadão? O primeiro passo que já assinalamos se referia à busca do entendimento de que tais questões se inserem em um contexto social diversificado, repleto de códigos não muito evidentes e permeado de intenções das mais diferenciadas também. Posto tal ponto, é fundamental percebermos que, no entanto, é nesse contexto que devemos buscar o aprofundamento das nossas considerações para que possamos minimizar e/ou vencer os desafios que se impõem ao pensamento comprometido com a melhoria da qualidade geral de nossas vidas.

Pensar no número crescente de edifícios gradeados em nossas cidades significa falar de violência de uma forma geral e, principalmente, de uma de suas consequências na atualidade que requer, primeiramente, a conceituação contemporânea do termo para mostrar as diferentes perspectivas com que ela aparece. A tentativa é a de passar a ideia de que ela muda em cada contexto social, assumindo diferentes formas com o passar do tempo, bem como mudando suas percepções e os comportamentos em relação a ela.

Se é verdade que a cada momento novas formas da violência surgem e ameaçam as condutas da população de uma forma geral, também o é o fato de que a mudança está, inclusive, nas representações do fenômeno. Isso se deve ao fato de a violência ser profundamente aberta às questões subjetivas, sendo suas concepções individuais ou coletivas diferentes nos distintos momentos históricos. Dessa forma, há de se pensar sempre nos números que dão conta de uma violência objetiva e crescente ao mesmo tempo em que cabe perguntar até que ponto estaria aumentando o sentimento de falta de segurança, ou ambos. É importante observar que as percepções da violência são função de elementos outros que não o fenômeno em si, em sua aparente objetividade.

AS AÇÕES PÍFIAS DO ESTADO

Para a população, de um modo geral, fica o sentimento de que a violência é algo já instituído na sociedade de tal forma que pouco fica para fazer no sentido de

minimizá-la sobretudo após seguidos fracassos das ações públicas neste campo, restando apenas o seu enfrentamento via defesa particular. Em outras palavras, cria-se entre a maioria dos integrantes das sociedades caracterizadas por um cotidiano de violência uma sensação de impotência que, em última análise, produz uma espécie de autorização para que cada um procure, por si mesmo, suas próprias formas de proteção. Por trás destas iniciativas está o pânico causado pela imprevisibilidade das ações violentas e o já citado consenso de fragilidade e/ou incompetência do Estado nesses assuntos, fazendo com que se verifique o aumento dos índices de violência paralelamente a um número cada vez maior de soluções próprias contra a violência, que surgem no seio das sociedades, na esteira das grandes transformações que ela vem produzindo nos hábitos e práticas sociais de um modo geral.

Um contraponto a estas posturas que revelam aspectos da desconexão do urbano atual é observado em Bauman (2003). Ele parte da premissa de que o mundo em que vivemos é cada vez menos capaz de oferecer segurança e que, mesmo assim, existe um “lugar aconchegante” onde se pode estar a salvo das ameaças externas: a comunidade. Mesmo sendo “uma coisa boa”, mesmo oferecendo proteção, a vida em comunidade apresenta um dilema uma vez que restringe de certa forma a liberdade individual. Por isso, para ele, comunidade é um conceito fundamental para que possamos compreender a natureza e o futuro das modernas sociedades. Nesse sentido, o sociólogo se volta para o tema da busca por segurança em detrimento da liberdade individual, analisando como conciliar a preservação dos direitos do indivíduo e a vida em comunidade.

O texto mostra o atrito entre essas duas ideias e a necessária opção a ser feita. A segurança (que a comunidade oferece e que é objeto de anseio dos que nela vivem) impõe uma liberdade diminuída uma vez que, em comunidade, sugere a redução de algo, diminuição de autonomia, direito à autoafirmação e à identidade. Com efeito:

A comunidade de entendimento comum, mesmo se alcançada, permanecerá frágil e vulnerável, precisando para sempre de vigilância, reforço e defesa. Pessoas que sonham com a comunidade na esperança de encontrar a segurança de longo prazo que tão dolorosa falta lhes faz em suas atividades cotidianas, e de libertar-se da enfadonha tarefa de escolhas sempre novas e arriscadas, serão desapontadas. (BAUMAN, 2003, p. 19)

O crime nas ruas psicologicamente começa onde não se caminha: começa na prancheta do urbanista que vê as cidades como um amontoado de arranha-céus e de *shopping centers* com ruas que servem meramente de acesso entre eles. A vitalidade das cidades depende do caminhar. (HILLMAN, 1993, p. 12)

IMPESSOALIDADE E INDIVIDUALISMO

A impessoalidade e o individualismo têm dado o tom das relações sociais observadas nas grandes cidades contemporâneas. Estas, em um contexto socioeconômico marcadamente liberal, acabam por reafirmar uma realidade em que o contato direto com o outro é parcialmente interdito pelas condições de violência já internalizadas tanto na vida urbana como um todo coletivo, quanto na intimidade da vida individual ou familiar.

As nossas cidades já têm atualmente uma paisagem muito impactada pela chamada arquitetura do medo que, em última instância, depõe contra a própria solução pretendida. Se, admitimos que comportamentos humanos são condicionados, em parte, pelas configurações físicas do espaço, pensamos que a proliferação de grades e outros dispositivos que nos remetem às prisões ou às cenas medievais corroboram o sentimento de insegurança vivido pelos distintos grupos sociais.

Ao considerar desde as soluções particularizadas como medida paliativa de segurança até os discursos que as engendram e os impactos impostos ao ambiente e à própria vida individualizada e coletiva, buscamos discutir os pressupostos de um desenho urbano realmente integrado às novas dimensões da vida cidadina. As questões da violência urbana e da segurança humana devem ser parte importante no plano das intervenções físico-urbanísticas que pensem em uma cidade com mais direitos para os seus cidadãos. E, entre muitos aspectos que tal temática envolve, destacamos inicialmente as relações e limites entre as instâncias do público e do privado na vida nas cidades.

O próprio movimento de expansão do sistema econômico, baseado na propriedade privada dos bens e na propaganda que instaura para alçar seu grande objetivo (o lucro em constante processo de expansão e de acumulação) como meta a ser atingida por todos através do consumo, acaba por estabelecer uma (des)ordem social que, como vimos, impõe grandes problemas à vida pública e impele a população ao encarceramento (sob vários aspectos). Como já dito, a delimitação do público e do privado, com o superinvestimento no íntimo e no familiar como constitutivos da subjetividade moderna, constrói e mantém a crença na importância do privado concomitante à desvalorização do público. Ressaltamos, portanto, que o próprio processo de constituição subjetiva opera a partir do molde valorativo de um espaço em detrimento do outro e estabelece o suporte psíquico necessário à manutenção desse aspecto da ordem social. Por isso, pensamos ser problemático o encarceramento da população frente a um discurso propagado de segurança, escolhendo este campo de discussão como objeto de pesquisa.

O atual momento de confinamento da população, de fobia do inesperado e de naturalização dessas formas de violência restringe a circulação dos cidadãos, autoriza diversas práticas de exclusão e torna recorrente o que em termos éticos e psicológicos poderia ser percebido como barbárie. Afinal, residências encarceradas, praças públicas gradeadas e automóveis particulares blindados ou vedados, por exemplo, não constituem o que poderíamos chamar de um cotidiano propício para o exercício democrático na vida social.

Nossas preocupações decorrem do fato de que onde vigoram os “efeitos-baragem”, como prática de contenção territorial e social, o resultado pode ser o contrário do anunciado. Uma dinâmica que não vem sendo enfrentada efetivamente amplia sua força e poderá se apresentar de maneira mais complexa e enraizada no traço social. Os “sujeitos em sobrevivência” indicados aqui nos mostram que as sociedades ocidentais produziram uma mudança significativa no conceito grego de privado, sendo este atualmente remetido a um círculo de intimidade cujas origens podem ser encontradas na civilização romana. No entanto, lá repousa apenas o início de tal mudança que se tornaria radical na contemporaneidade. A esfera privada atual encampa duas condições básicas do sentimento de segurança existencial que acompanha a vida cotidiana rotineira e a formação das subjetividades predominantes no meio urbano: a integridade física e a garantia patrimonial.

Percebendo tais condições como discurso, nosso trabalho buscou no uso da noção de “sujeito” um ângulo fértil para a análise da violência ao considerá-lo definido a partir da capacidade (própria ou manipulada) de cada ser humano de se construir, de dominar sua experiência, de produzir suas escolhas. No plano da subjetividade, o instinto de sobrevivência aflorado pelos noticiários em geral e pela indústria da segurança, em específico, faz com que os indivíduos ajam de maneira violenta (velada ou inconsciente) em busca da referida dupla integridade.

Buscando captar o sentido da radical transformação de qualidade das relações sociais que observamos nas cidades atuais, ressaltamos este estágio de “sociabilidade violenta” que caracteriza a produção simbólica e as práticas sociais em sua concretude e singularidade, pondo em discussão também a postura daqueles que se debruçam sobre essa realidade para entendê-la e superá-la.

SOCIEDADE DO CONTROLE

Se a sociedade do controle se estabelece a partir da resignação diante do próprio sistema de valores do individualismo exacerbado, também o faz pela desarticulação entre políticas públicas e fiasco dos programas de planejamento urbano.

Entendemos que apenas dessa forma poderemos enquadrar com propriedade a discussão específica acerca da arquitetura nesse cenário e, mais diretamente o processo de transformação dos aspectos arquitetônicos construídos em decorrência da violência urbana. Como já afirmamos, é desde o ensino da arquitetura e do urbanismo que se deve pensar e discutir tais questões, tanto em termos analíticos como propositivos, junto com as futuras gerações de profissionais. Necessitamos produzir rupturas com o conformismo e a naturalização de processos que são contrários a tudo que a cidade deveria preservar de melhor – a sua vocação, historicamente construída para o exercício do convívio das diferenças, privilegiada em seus espaços públicos.

O autoisolamento ou o “aprisionamento” voluntário comprovam o fato de que já está internalizada pela população a premissa de que há um “preço a pagar” por conta do estágio de violência a que chegamos. É assim que contextualizamos a proliferação de grades e sistemas de alarmes e de segurança em uma parcela cada vez maior dos imóveis residenciais nas nossas cidades. E é no meio dessas questões que buscamos entender melhor o já evidente processo de “carcerização” que constatamos, por exemplo, na realidade brasileira e na cena carioca, como o que aparece nos contrastes vistos no bairro da Glória (ver fotos em Anexo).

A diversidade urbana, que precisa ser efetivamente considerada e garantida nos projetos arquitetônicos e urbanísticos, ocorre pela qualidade dos espaços públicos como ruas, calçadas e praças. Estes, infelizmente, estão cada vez mais relacionados com a natureza e constituição dos espaços privados, apropriados inclusive pela ação de moradores em residências particulares ou multifamiliares. O problema que enfatizamos reside no fato de que, nesse processo, é ignorado o fato de que é a relação entre espaço público e privado que estabelece o nível de qualidade de vida nas cidades, sendo os principais locais públicos de uma urbe os seus pontos vitais. Mesmo a despeito da complexidade dessas relações, é urgente articular na ação dos especialistas a visão de que a constituição de nossas metrópoles pode interferir na violência e na exclusão social, pois contribui para compor o caráter social de seus moradores.

Reafirmamos a máxima de que ruas movimentadas e pulsantes inibem a ação violenta e lembramos que a atividade projetual tem que assumir, entre suas atribuições, o regramento das estruturas urbanas para contemplar o movimento dos transeuntes, dos automóveis, os usos residencial e comercial, o mundo do trabalho, da produção e do lazer. Tal postura garante, ao nosso olhar, uma melhor equiparação dos espaços públicos objetivos para os quais se destinam.

De uma forma comum, as teorias que articulam espaço e segurança estabelecem relação imediata entre as configurações físico-urbanísticas e a incidência de

crimes. E essa verificação nos permite afirmar a localização destes como um fato também arquitetônico, uma vez que o reordenamento das formas espaciais modifica o comportamento e as estruturas sociais. Neste trabalho, consideramos a relevância dos mecanismos de “vigilância natural” em contrapartida ou em conjunto com os arraigados preceitos da ação policial nos padrões de “vigilância pública” vigentes.

Atento às ambiguidades e ambivalências enfrentadas pelas sociedades atuais, este trabalho buscou uma análise sem idealizações a respeito do mito moderno de segurança e de ordem, apontando para uma reflexão que, partindo dessa mesma realidade, seja capaz de pensar em uma Arquitetura que auxilie na redefinição das dinâmicas sociais.

A intensa transformação dos lares em cárceres modernos não contribui para a instauração da segurança no ambiente urbano e sobre esse atrito finalizamos nosso artigo, lembrando mais uma vez que o “efeito-barragem” sob qual vivemos configura uma territorialização de barreiras. Sendo assim, como em todo processo que se desencadeia na busca de uma solução por meio da contenção, pode resultar no oposto, ou seja, suprimindo-o temporariamente ele pode ressurgir mais forte (HAESBAERT, 2008). Tal como uma grande barragem necessária para a construção de uma usina hidrelétrica, caso a pressão feita pela água na barragem não tenha sido bem regulada, com o tempo ela pode ceder, e com ela todo o possível controle aparente se desmancha no ar.

A ponderação entre liberdade e segurança nos coloca diante do desafio de não podermos ser humanos sem qualquer uma delas, ao mesmo tempo em que não podemos ter as duas na quantidade desejada e ambas na quantidade que quisermos. Correções são possíveis, devemos ponderar e reavaliar sempre, além de continuarmos tentando, afinal o melhor pode ser inimigo do bom, mas o “perfeito” é inimigo dos dois (BAUMAN, 2003, p. 11).

Estes dois últimos parágrafos referenciando Haesbaert e Bauman nos fazem pensar nos enormes desafios existentes no trato mais criterioso a respeito dos nossos espaços urbanos e das mentalidades que, como condicionantes e reflexos do seu cotidiano, refazem constantemente seus edifícios e demais mecanismos e equipamentos da vida individual e coletiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade: a busca por segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

_____. *Confiança e medo na cidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.
- CASTRO, Rafael Barreto de. *Redes e vigilância: uma experiência de cartografia psicossocial*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2008. (Dissertação de Mestrado).
- DA MATTA, Roberto. As raízes da violência no Brasil; reflexões de um antropólogo social. In: PAOLI, Maria Célia et alii. *A violência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1982, p. 11-44.
- ENZENSBERGE, Hans-Magnus. Luxo de onde vem para onde vai. *Folha de São Paulo*, 30/3/97, p. 6. (Caderno Mais).
- FERRAZ, Sonia M. Taddei. *Arquitetura da violência: morar com medo nas cidades*. Quem tem medo de que e de quem nas cidades brasileiras contemporâneas? Disponível em: <<http://br.monografias.com/trabalhos/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas/arquitetura-violencia-cidades-contemporaneas.shtml>>. Acesso em: 10 jan 2016.
- HAESBAERT, Rogério. E Foucault continua provocando os geógrafos... *GEOgraphia*. Niterói, vol. 10, n. 19, p. 154-159, 2008.
- HILLMAN, James. *Cidade e alma*. São Paulo: Studio Nobel, 1993.
- JACOBS, Janes. *Morte e vida nas grandes cidades*. 2. ed. Rio de Janeiro: Martins Fontes, 2001.
- LE GOFF, Jacques. *Por amor às cidades*. São Paulo: UNESP, 1998.
- PIRONDI, Ciro. Sob o signo do medo. *Trip*, n. 158, p. 78-79, jul. 2008.
- RIO DE JANEIRO, Prefeitura da Cidade do. *Distribuição da área total construída dos imóveis prediais, segundo sua utilização, por Áreas de Planejamento* (Gráfico n. 426). Rio de Janeiro: Cadastro Imobiliário da Secretaria de Fazenda do Município do Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <<http://www.armazemdedados.rio.rj.gov.br/>>. Acesso em: 23/1/2016.

ANEXO – FOTOS DA PESQUISA DE CAMPO



Figura 1: Rua Andrade Pertence, Glória. Aqui, as grades formam uma barreira vista em perspectiva pela pessoa que passa na calçada, reduzindo o seu campo de visão, além de isolar áreas e “agredir” a paisagem da rua, tornando-a “feia”. [Acervo do autor, 2007.]



Figura 2: Rua Santo Amaro, Glória. Grade com a função de criar uma porta dupla típica das caixas-fortes de bancos que, na prática, dificulta o acesso das pessoas, principalmente de moradores com alguma deficiência de locomoção. [Acervo do autor, 2007.]



Figura 3: Rua Hermenegildo de Barros, Glória. Arquitetura Modernista enjaulada. O espaço livre dos pilotis criado para integrar e ampliar a arquitetura ao espaço urbano é aqui transformado em uma espécie de jaula. [Acervo do autor, 2007.]



Figura 4: Rua Cândido Mendes, Glória. Neste caso, o exemplo de uma bela portaria dos anos de 1940 desfigurada pela colocação da grade. [Acervo do autor, 2009.]



Figura 5: Rua Benjamin Constant, Glória. Caso típico de conquista de espaço reservado para o estacionamento com a proteção das grades. [Acervo do autor, 2009.]



Figura 6: Grade no jardim do Campo de Santana, Centro, Rio de Janeiro/RJ. Elemento medieval em parque público da cidade evidenciando a mensagem de acesso proibido aos usuários desta grande e importante área de lazer da cidade do Rio de Janeiro, que tanta questão faz de se firmar como exemplo de cidade moderna e contemporânea aos “olhos” do mundo global. [Acervo do autor, 2009.]



Figura 7: Rua Andrade Pertence, bairro da Glória. Grade reforçada por dispositivos de segurança máxima utilizados em presídios. [Acervo do autor, 2010.]



Figura 8: Rua Andrade Pertence – 2009-09-26 – foto edifício isolado. Enjaulamento camuflado pela “lógica das grades de segurança”. [Acervo do autor, 2010.]

Recebido em 31.07.2015

Aceito em 15.01.2016